



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(DO DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o monitoramento do desmatamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a situação Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), com o seu ex-diretor recentemente exonerado, Ricardo Galvão.

JUSTIFICAÇÃO

Na última sexta-feira, o ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) exonerou o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Ricardo Galvão, após críticas aos dados publicados sobre o aumento do desmatamento considerados sensacionalistas pelo governo.

O Inpe divulgou no mês passado o alarmante aumento de 88% nos índices de desmatamento na Amazônia em comparação ao mesmo mês em 2018. Segundo entrevista dada a jornalistas, logo após a sua demissão, o motivo de sua exoneração foi em razão do seu discurso em defesa da veracidade dos dados ter gerado constrangimento ao presidente Jair Bolsonaro (PSL). Em

entrevista à Folha no último dia 21, Galvão havia dito que até poderia ser demitido, mas que o Instituto era cientificamente sólido o suficiente para resistir aos ataques do governo.¹

Esta exoneração ocorre depois de críticas reiteradas do presidente Jair Bolsonaro e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ao Inpe nas duas últimas semanas em razão de dados que apontaram alta no desmatamento.

Galvão foi nomeado em 2016 para dirigir o Inpe após processo de seleção realizado por meio de Comitê de Especialistas instituído pela Portaria nº73/2016 do MCTI. O ex-diretor é graduado em engenharia de telecomunicações pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em engenharia elétrica pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e doutor em física de plasmas aplicada pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), com livre-docência em física experimental pela USP (Universidade de São Paulo). É membro titular da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Segundo o Observatório do Clima², ao reagir, Galvão também preservou a transparência dos dados de desmatamento ao chamar a atenção da sociedade brasileira e da comunidade internacional para os ataques sórdidos, autoritários e mentirosos de Bolsonaro e Ricardo Salles à ciência do Inpe.

É importante considerar que esta exoneração se dá em um momento em que o governo enfrenta inúmeros questionamentos dentro e fora do Brasil sobre sua política antiambiental, especialmente na Amazônia Brasileira. Este bioma é considerado pelo mundo todo como vital para mitigar os efeitos do aquecimento global.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um Direito Fundamental previsto na Constituição Federal. No Estado Democrático de Direito, é fundamental que os agentes públicos possam apresentar dados cientificamente validados com transparência e lisura, sem nenhum tipo de retaliação do poder político.

Assim, consideramos fundamental a explicação cientificamente validada de um técnico que ficou à frente de uma instituição tão respeitada pela comunidade científica nacional e internacional em relação ao monitoramento do

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-inpe-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml?fbclid=IwAR2mFDGQ8D66Jlj-jef5ScVJbKc0nyc00Dr8NRyluu4Cg5Hacygz3Y0t9VU>

² Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/exoneracao-de-ricardo-galvao/>

desmatamento na Amazônia brasileira.

Em tempos de ataques tão graves às nossas instituições científicas onde questões sérias como análise de dados de desmatamento, aquecimento global, espécies ameaçadas de extinção, importância de unidades de conservação, entre tantas outras, são ridicularizadas e menosprezadas pela gestão Bolsonaro, é fundamental que esta Casa una forças com a comunidade científica em defesa do patrimônio socioambiental do país.

Diante do exposto, conto com os nobres pares para aprovar a Audiência Pública que debaterá um, entre vários retrocessos, da política ambiental brasileira.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2019.

EDMILSON RODRIGUES
PSOL/PA